

HABEAS CORPUS Nº 548.505 - SC (2019/0356536-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO SIMÕES VIEIRA DE SOUZA - RJ189652
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CLAITON LEONOR SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CLAITON LEONOR SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido no *Habeas Corpus* n.º 4024722-26.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais declarou remidos, pelo estudo, 88 (oitenta e oito) dias da pena do Paciente "[p]ela aprovação total no ENCCEJA – Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos" (fls. 20-22)

Irresignada com a quantidade de dias remidos, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 57):

"HABEAS CORPUS. REMIÇÃO POR ESTUDO. APROVAÇÃO INTEGRAL NO EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS (ENCCEJA), NÍVEL FUNDAMENTAL. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA IN BONAM PARTEM DO ART. 126 DA LEP. BASE DE CÁLCULO PARA A AFERIÇÃO DE DIAS REMIDOS QUE DEVE RESPEITAR O PARÂMETRO DE 50% DA CARGA HORÁRIA LEGALMENTE ESTABELECIDADA PELA RESOLUÇÃO 44/2013, EDITADA PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, INTERPRETADA EM CONSONÂNCIA COM O ART. 126, § 1º, I, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. CÁLCULO ESCORREITO REALIZADO PELO JUÍZO 'A QUO'. DECISÃO CONFIRMADA.

- 'Diante da possibilidade de interpretação extensiva in bonam partem, entende-se que cabe a remição até mesmo para presos que estudam por conta própria, não havendo falar em afastamento da possibilidade da concessão da benesse aos apenados que estejam vinculados a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento.' (HC 361.462/DF, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 18-5-2017, v.u.)

- O cálculo, para fins de remição, deverá ser elaborado partindo de 50% da carga horária do ensino fundamental, que representa 800 horas, estas divididas por 12 horas, que perfaz o montante de 66 dias para aprovação de todas as áreas do conhecimento, além de 22 (vinte dois) dias equivalentes ao acréscimo de 1/3 (um terço) pela conclusão do ensino - Parecer da PGJ pelo não conhecimento da ação.

- Ordem conhecida e denegada."

Neste *habeas corpus*, a Impetrante sustenta, em suma, que o "PACIENTE obteve aprovação total no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), havendo sido aprovado nos 5 campos de conhecimento avaliados no exame. **Por essa razão, deveria ser reconhecida a remição de 177 dias de sua pena, e não apenas 88 dias**, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do CNJ que, dando interpretação extensiva ao art. 12.433/2011" (fl. 6, sem grifos no original).

Assevera que "está claro que, a aprovação total no ENCCEJA dá direito à remição de 133 dias (mais 1/3): 1.600 horas equivalentes aos 50% da carga horária do ensino fundamental divididos pelas 12 horas de estudo que servem à remição de 1 dia de pena ($1.600 / 12 = 133$ dias) acrescidos da bonificação de 1/3 pela conclusão do ensino fundamental ($1/3$ de 133 dias = 44 dias), resultando em 177 dias a serem remidos" (fls. 8-9).

Requer, em liminar e no mérito, seja reconhecida a remição de 177 (cento e setenta e sete) dias da pena do Paciente.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, pois a Parte Impetrante não demonstrou a configuração do requisito do *periculum in mora* – ônus que compete à Defesa –, já que não esclareceu, concretamente, de que forma a concessão da medida urgente refletiria na situação prisional do Paciente de forma a ampará-lo imediatamente.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação

Superior Tribunal de Justiça

configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Encontrando-se os autos devidamente instruídos, dispenso as informações da Autoridade Impetrada.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora